

Revista

# DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO EM DEBATE

e-ISSN: 2446-5496

## Globalização e Pós-Modernidade: o fenômeno da “crise das identidades”<sup>1</sup>

### Globalization and Post-Modernity: the phenomenon of the “crisis of identities”

Renato de Araújo Monteiro

Doutor em História. Universidade Federal de Santa Catarina.  
E-mail: resnatus@gmail.com

ORCID: 0000-0002-5278-8739

#### Resumo

A partir das obras de Stuart Hall e Zygmunt Bauman, este artigo descreve aquilo que nas ciências sociais e humanas tem sido diagnosticado como uma “crise das identidades”, provocada sobretudo pela intensificação do processo de globalização no final do século XX. Fenômeno que configura um novo contexto histórico, onde o próprio paradigma moderno é colocado em questão, dando origem a termos como “pós-modernidade”, “modernidade líquida”, “alta modernidade” ou “modernidade tardia”.

*Palavras-chave:* identidade; globalização; pós-modernidade.

#### Abstract

Based on the works of Stuart Hall and Zygmunt Bauman, this article describes what has been identified in the social and human sciences as a “crisis of identities,” caused mainly by the intensification of the globalization process at the end of the twentieth century. This phenomenon establishes a new historical context in which the modern paradigm itself is called into question, giving rise to terms such as “postmodernity,” “liquid modernity,” “high modernity,” or “late modernity.”

*Keywords:* Identity; globalization; post-modernity.

DOI: <https://doi.org/10.18616/rdsd.v11i2.10141>

Recebido: 21-09-2025

Aprovado: 29-09-2025



<sup>1</sup>Pesquisa realizada com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina – FAPESC.

## 1. Introdução

É muito provável que todos os estudantes, professores ou pesquisadores da área de humanidades, ciências sociais ou educação formados a partir dos anos 1990 tenham se deparado, em alguns momentos dos seus estudos ou da sua carreira, com a questão da identidade (SILVA, 2014). Especialmente na academia brasileira, esta experiência deve ter passado pela leitura das obras *A identidade cultural na pós-modernidade*, de Stuart Hall, e *Identidade*, de Zygmunt Bauman. A primeira foi publicada originalmente em 1992, como parte do quarto volume de uma coletânea de textos de diversos autores interessados em discutir “o futuro das sociedades modernas” (HALL; HELD; MCGREW, 1992). A segunda, editada mais de uma década depois, nasceu de uma série de entrevistas concedidas ao jornalista Benedetto Vecchi, transformadas em livro no ano de 2004 (BAUMAN, 2004). No Brasil, ambas as edições em língua portuguesa saíram quase que simultaneamente às respectivas publicações originais no inglês, ambas da Polity Press.

A boa recepção e difusão teórica destas obras nos cursos de graduação e pós-graduação das universidades brasileiras, haja visto que os livros de Bauman possuem considerável circulação igualmente fora da academia, colocam-nas na condição de clássicos sobre a temática da identidade. Este é o principal motivo pelo qual recorro a Hall e Bauman para elaborar uma descrição contemporânea daquilo que se convencionou chamar “crise das identidades”. Contudo, o caráter reflexivo entre modernidade e pensamento social levamos a conceber tais produções intelectuais também como parte constituinte deste mesmo fenômeno percebido como mudança nas formas consideradas predominantemente modernas de identificação. Em outras palavras, uma análise reflexiva e de viés fenomenológico da identidade sob perspectiva história, como pretendo desenvolver, deverá em certo momento deixar em suspenso aquilo que poderia ser a sua “crise em si”, para se debruçar sobre a própria experiência de tempo inerente à imaginação sociológica que ressalta seus aspectos críticos de mudança em relação a períodos imediatamente anteriores.

Nesse sentido, o problema expresso nesta investigação vai além de descrever a “crise das identidades” tal como formulada por Hall e Bauman, posto que investiga de que modo a própria experiência histórica do tempo, marcada pela globalização e pelas transformações da modernidade tardia, redefine as formas de pertencimento e identificação. Em outras palavras, trata-se de analisar se a chamada crise deve ser compreendida como ruptura, como reconfiguração ou como expressão da reflexividade constitutiva da modernidade.

Metodologicamente, este estudo se orienta por uma abordagem qualitativa de caráter teórico-reflexivo, fundamentada em análise bibliográfica. A escolha pela fenomenologia social de Alfred Schutz permite avançar na compreensão da identidade não apenas como categoria abstrata, mas como experiência situada no tempo e no processo

intersubjetivo. Como destaca Fonseca de Castro (2012), a obra de Schutz nasce da confluência entre a sociologia compreensiva de Weber e a fenomenologia de Husserl, configurando um projeto antiessencialista que rejeita a pretensão de uma racionalidade integral do real e busca refundar, fenomenologicamente, a sociologia compreensiva. Nesse sentido, duas noções centrais do pensamento schutziano — experiência e ação — tornam-se relevantes: a experiência entendida como fluxo de vivências (*Erlebnis*) e sedimentação de significados (*Erfahrung*), e a ação como atitude consciente e intencional situada em contextos intersubjetivos. A análise aqui proposta, ao dialogar com a noção de “crise das identidades”, parte da ideia de que toda identidade é tecida no horizonte da tipicidade cotidiana e das “reservas de experiência” herdadas e continuamente reelaboradas no processo social. Assim, a metodologia fenomenológica possibilita suspender o diagnóstico da crise como dado objetivo e, em vez disso, investigar os modos pelos quais os sujeitos constroem sentido no tempo histórico, revelando as reconfigurações da modernidade em suas múltiplas temporalidades.

## 2. Diagnóstico e problemas

Logo na abertura do seu livro, Stuart Hall (2006, p. 9) cita o crítico cultural Kobena Mercer, para afirmar que “a identidade somente se torna uma questão quando está em crise, quando algo que se supõe como fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza”. De modo muito semelhante, Zygmunt Bauman (2005, p. 22-23), explica o “súbito fascínio” da sociologia pela questão da identidade a partir das últimas décadas do século XX, apontando que “você só tende a perceber as coisas e colocá-las no foco do seu olhar perscrutador e de sua contemplação quando elas se desvanecem, fracassam, começam a se comportar estranhamente”. De certa forma, este caminho, que vai da filosofia e da sociologia em direção à história, parece também ser o percorrido por Hall (2006, p. 7-10), quando diagnostica uma “crise de identidade” nas sociedades contemporâneas: inicialmente a “perda de um ‘sentido de si’ estável” – no plano individual –, chamada de “deslocamento ou descentração do sujeito”, que tomada em conjunto é “vista como parte de um processo mais amplo de mudança” – nas estruturas e processos sociais –, e que, por sua vez, representaria “um processo de transformação tão fundamental e abrangente que somos compelidos a perguntar se não é a própria modernidade que está sendo transformada”. Bauman (2005, p. 38), também parece ir na mesma direção ao afirmar que “as identidades talvez sejam as encarnações mais comuns, mais aguçadas, mais profundamente sentidas e perturbadoras da ambivalência” vivenciada pela passagem para as instáveis e efêmeras estruturas sociais da chamada “modernidade líquida”.

As interpretações sociológicas citadas buscam articular, portanto, a ideia de pós-modernidade ou modernidade líquida, em seu redundante caráter de alteridade para com o paradigma histórico da modernidade, com as atuais transformações nos processos de configuração das identidades onde “nós somos também ‘pós’ relativamente a qualquer

concepção essencialista ou fixa de identidade-algo (HALL 2006, p. 10), sendo que “a fragilidade e a condição eternamente provisória da identidade não podem mais ser ocultadas” (BAUMAN, 2005, p. 22). Contudo, não devemos incorrer no equívoco de limitar tais concepções de identidade a um epifenômeno dado pelas condições de modernidade, de modo a tornar possível perguntas do tipo: as identidades estão em crise porque a própria modernidade estaria se transformando? Recorrendo mais uma vez à compreensão dialética e fenomenológica de uma modernidade reflexiva, gostaria de criticar este tipo de questionamento em dois pontos fundamentais, para posteriormente reformulá-lo em termos que julgo mais adequados – ao menos para os objetivos deste trabalho.

Em primeiro lugar, diante do caráter polissêmico do conceito de identidade e de seu estatuto de paradigma histórico, deve-se considerar a emergência do indivíduo moderno – e seus intrínsecos processos de identificação – não como um simples efeito circunstancial que pode ser gerado – ou não – por transformações nas estruturas políticas, econômicas, sociais ou culturais, mas sim enquanto fator constitutivo das próprias instituições que conformam a modernidade, ao mesmo tempo em que por ela são conformadas. O segundo ponto – decorrente do primeiro –, é que nesta perspectiva não faria sentido procurar uma abordagem que documentaria de modo “mais objetivo” uma suposta continuidade ou mudança das condições modernas de existência – como a superação do capitalismo industrial ou o fim dos Estados-nacionais, por exemplo –, tampouco seria frutífera uma tentativa de avaliar a modernidade como um modelo excessivamente idealista e abstrato, mas sim descrevendo-a justamente a partir dos fenômenos que a conformam, tal qual se apresentam à nossa percepção.

Nesse sentido, se há uma evidente “crise das identidades” afetando os indivíduos modernos, que por sua vez representam uma das características mais importantes da dimensão ôntico-ontológica da modernidade, parece plausível concluirmos então que aquilo que poderíamos chamar de modernidade em si também esteja passando por significativas transformações, ainda que optemos por deixá-la “entre parênteses”. Do ponto de vista histórico, resta colocar nossos questionamentos nos seguintes termos: quais são as peculiaridades que envolvem os atuais processos de identificação quando comparados aos de períodos anteriores? Qual é a relação que este fenômeno mantém com as demais instituições que configuram a modernidade? Como podemos descrever a historicidade que resulta das experiências de tempo constituídas e constituintes deste processo? Somente a partir destas respostas, por exemplo, é que podemos estabelecer critérios mais precisos sobre até que ponto, e em quais aspectos, seria possível aceitar finalmente uma ideia de pós-modernidade e de um tipo ideal de sujeito pós-moderno.

### **3. Tipologias e descentramentos do sujeito**

Hall (2006, p. 10-13) estabelece uma tipologia dos sujeitos onde distingue três concepções de identidade. O sujeito do iluminismo estaria baseado na noção essencialista

de um “indivíduo totalmente centrado”, racional e consciente de seus atos, portador de um caráter original que permanece o mesmo, “contínuo ou ‘idêntico’ a ele”, ao longo de toda a sua existência. Como “reflexo da crescente complexidade do mundo moderno”, a esta concepção veio se somar a de um sujeito sociológico, formado numa relação interacionista entre indivíduo e sociedade, onde a identidade perde seu caráter essencialista e autônomo para ser constituída a partir dos “valores, sentidos e símbolos” compartilhados através da cultura. Por fim, em oposição a estes tipos de “identidade unificada e estável”, seja ela estabelecida por uma essência individual ou por uma interação sociocultural, contrapõe-se um tipo de sujeito pós-moderno que “está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas”. Sob essas condições, somente “uma cômoda estória sobre nós mesmos ou uma confortadora ‘narrativa do eu’” seria capaz de construir o sentimento de “uma identidade unificada desde o nascimento até a morte”. Bauman (2005, p. 16-17) igualmente observa que, nesta atual condição, “as pessoas em busca de identidade se veem invariavelmente diante de tarefas [...] que não podem ser realizadas no ‘tempo real’, mas que serão presumivelmente realizadas na plenitude do tempo — na infinitude...”.

Para Hall (2006, p. 12), este processo se dá devido ao fato de que “as identidades, que compunham as paisagens sociais ‘lá fora’ e que asseguravam nossa conformidade subjetiva com as ‘necessidades’ objetivas da cultura, estão entrando em colapso, como resultado de mudanças estruturais e institucionais”. Bauman (2005, p. 18-19) também considera que “o mundo em nossa volta está repartido em fragmentos mal coordenados, enquanto as nossas existências individuais são fatiadas numa sucessão de episódios fragilmente conectados”. Mais uma vez adoto tal descrição ao mesmo tempo em que advirto contra o risco de compreender uma atual descentração do sujeito apenas como “resultado” de mudanças “lá fora” ou do “mundo a nossa volta”, uma interpretação demasiado behaviorista que não concebe os próprios processos de identificação enquanto dimensão estruturante da própria modernidade.

Em sua descrição sociológica mais aprofundada do que seria o sujeito pós-moderno, Hall se depara com uma aporia da modernidade. Como ele mesmo alega (2006, p. 18), o diálogo com Anthony Giddens, David Harvey e Ernest Laclau oferecem “leituras um tanto diferentes da natureza da mudança do mundo pós-moderno, mas suas ênfases na descontinuidade, na fragmentação, na ruptura e no deslocamento contêm uma linha comum”. Ora, nada mais moderno do que esta definição que, desde Marx, aponta um “tudo que é sólido se desmancha no ar...” que rompe com as ordens tradicionais pré-existentes e ao mesmo tempo impede que novas normas e valores sociais venham a adquirir o estatuto de uma tradição. Da mesma forma, Bauman (2005, p. 90) observa que “a mudança obsessiva e compulsiva (chamada de várias maneiras: ‘modernização’, ‘progresso’, ‘aperfeiçoamento’, ‘desenvolvimento’, ‘atualização’) é a essência do modo moderno de ser”. Deve ser por isso que Hall (2006, p. 14), no decorrer do livro – e apesar do título – evitará o

termo pós-modernidade, mesmo defendendo que “a mudança na modernidade tardia tem um caráter muito específico”, qual seja, o “processo de mudança conhecido como ‘globalização’ e seu impacto sobre a identidade cultural”. No mesmo sentido, na modernidade líquida diagnosticada por Bauman (2005, p. 100) “ocorrem as mudanças e os deslocamentos aparentemente aleatórios, fortuitos e totalmente imprevisíveis daquilo que, por falta de um nome mais preciso, chamamos de ‘forças da globalização’”.

A respeito das identidades, este impacto da globalização, segundo uma perspectiva agora mais dinâmica e reflexiva de Hall (2006, p. 20-21), seria responsável pela “contradição” e “deslocamento” que atuam “tanto fora, na sociedade”, “quanto ‘dentro’ da cabeça de cada indivíduo”, fazendo com que as “paisagens políticas do mundo moderno” sejam “fraturadas”, especialmente por causa da “erosão da ‘identidade mestra’ da classe” e da emergência de novas formas de “identificações rivais”, em suma, a passagem de uma “política de identidade” para uma “política de diferença”. Para Bauman (2005, p. 42), “como a classe não mais oferecia um seguro para reivindicações discrepantes e difusas, o descontentamento social dissolveu-se num número indefinido de ressentimentos de grupos ou categorias”, a exemplo do gênero, da raça, da sexualidade, da etnia ou das heranças coloniais.

Recorrendo ao quadro elaborado pelo historiador Raymond Williams, Hall (2006, p. 23-26) situa o que entende por “nascimento do sujeito moderno” – “cuja forma unificada e identidade racional eram pressupostas tanto pelos discursos do pensamento moderno quanto pelos processos que moldaram a modernidade, sendo-lhes essenciais” – na esteira de movimentos como o Humanismo Renascentista, a Reforma Protestante e as revoluções científicas, que desde o século XV até o Iluminismo do século XVIII representaram “uma ruptura importante com o passado” e “libertaram o indivíduo de seus apoios estáveis nas tradições e nas estruturas”. Em termos filosóficos, Hall aponta um tipo de sujeito cartesiano – “racional, pensante e consciente, situado no centro do conhecimento” – que estaria na origem do que foi anteriormente apresentado como o sujeito do iluminismo, constituído seja pelo princípio do “penso, logo existo”, de René Descartes, seja pela ideia da conservação de uma “mesmidade” do indivíduo ao longo do tempo, como aparece em John Locke. O acréscimo da concepção de um sujeito sociológico se dá porque, segundo Hall (2006, p. 29-30), “à medida em que as sociedades modernas se tornavam mais complexas, elas adquiriam uma forma mais coletiva e social”, refletindo nas teorias de economia política que procuravam compreender as novas formações de classe da sociedade capitalista industrial, tanto na perspectiva liberal de Adam Smith quanto nos ideais socialistas de Karl Marx. A “biologização” do indivíduo através do darwinismo e o estabelecimento das ciências sociais foram outros eventos que vieram a contribuir para a emergência do sujeito social moderno, compreendido, portanto, por duas tendências distintas: por um lado um “indivíduo soberano”, que “permaneceu a figura central tanto nos discursos da economia moderna quanto nos da lei moderna”, sendo que “o dualismo típico cartesiano [mente e

matéria] foi institucionalizado na divisão das ciências sociais entre a psicologia e as outras disciplinas”, e por outro lado uma crítica ao “individualismo racional” fornecida pelo interacionismo sociológico, ainda que a permanência de uma certa dicotomia entre “indivíduo e sociedade” pudesse ser acusado também como resquício de uma influência cartesiana (HALL, 2006, p. 30-32).

Este modelo teria predominado até por volta de meados do século XX, quando, em contrapartida, os movimentos estéticos e intelectuais do Modernismo trouxeram “a figura do indivíduo isolado, exilado ou alienado, colocado contra o pano-de-fundo da multidão ou da metrópole anônima e impessoal”, como na literatura de Baudelaire e Kafka. No entendimento de Hall (2006, p. 32-33), “estas imagens mostraram-se proféticas do que iria acontecer ao sujeito cartesiano e ao sujeito sociológico na modernidade tardia”. Ele aponta cinco “grandes avanços na teoria social e nas ciências humanas” que, sobretudo a partir dos anos 1960, teriam provocado o que chama de “descentramento” ou “morte” do sujeito moderno.

O primeiro foi a reinterpretação não ortodoxa do marxismo, como no estruturalismo de Louis Althusser e sua afirmação de que os “homens (sic) fazem a história, mas apenas sob as condições que lhes são dadas”, deslocando assim “qualquer noção de agência individual” (2006, p. 34-35). Em segundo lugar, a “descoberta” do inconsciente pela teoria psicanalítica de Freud, que por sua vez “arrasa com o conceito do sujeito cognoscente e racional provido de uma identidade fixa e unificada”. A construção do eu a partir do outro e mediado pelos sistemas de representação simbólica estruturados pela linguagem, como na psicanálise de Lacan, adverte que, “em vez de falar de identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de identificação, e vê-la como um processo em andamento” (HALL, 2006, p. 36-39). Isso nos conduz ao terceiro ponto, a “virada linguística”, que desde o estruturalismo de Saussure até sua influência no pensamento de filósofos contemporâneos, como Jacques Derrida, irá apontar os limites do significado em relação ao significante, na medida em que “ele procura o fechamento (a identidade), mas ele é constantemente perturbado (pela diferença)” (2006, p. 40-41). O quarto fator de descentramento é atribuído à genealogia do sujeito moderno desenvolvida por Michel Foucault a partir da sua relação com um novo tipo de “poder disciplinar”, que de acordo com a interpretação de Hall (2006, p. 41-43) seria constituinte do “paradoxo de que, quanto mais coletiva e organizada a natureza das instituições da modernidade tardia, maior o isolamento, a vigilância e a individualização do sujeito individual”. Por fim, o quinto e último ponto seria representado pelos “novos movimentos sociais” dos anos 1960, com grande destaque para o feminismo, responsável pelo posicionamento que “politicizou a subjetividade, a identidade e o processo de identificação”, reivindicando por políticas de identidade que apelavam para a identidade social dos seus atores e das suas atoras (HALL, 2006, p. 44-46).

#### 4. Da nação à Globalização: políticas de diferença e tradução

Entre a ideia do ineditismo de sujeito pós-moderno, fragmentado em termos de suas identidades, e o reconhecimento de uma condição tipicamente moderna, de ruptura continuada com as tradições e impedimento da formação de identidades fixas e estáveis, destaca-se um tipo particular de identidade cultural: a nação. Para Hall (2006, p. 48), “as identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas; no interior da representação”. Bauman (2005, p. 26) diz que a nação “não foi ‘naturalmente’ gestada na experiência humana, não emergiu dessa experiência como um ‘fato da vida’ auto-evidente, [mas] foi forçada a entrar na Lebenswelt [mundo da vida] de homens e mulheres modernos”. Assim, a identificação que em sociedades não-modernas era estabelecida – com ausência de escolha – para com uma comunidade delimitada a um tempo e um espaço cotidianamente experienciados, na era moderna foi gradualmente sendo transferida para uma certa cultura nacional muito mais ampla e pretensamente homogênea, que procurava apagar as diferenças regionais por meio de instituições, símbolos e representações que a convertiam em um dispositivo mesmo da modernidade. Bauman (2005, p. 26) aponta que, “nascida como ficção, a identidade precisava de muita coerção e convencimento para se consolidar e se concretizar numa realidade [...], e a história do nascimento e da maturação do Estado moderno foi permeada por ambos”. Para sustentar sua descrição do processo como “as culturas nacionais contribuem para ‘costurar’ as diferenças numa única identidade”, Hall (2006, p. 65) recorre às ideias da nação como narrativa, de Homi Bhabha, como comunidade imaginada, de Benedict Anderson, ou como tradições inventadas, de Eric Hobsbawm e Terence Ranger.

Os mitos fundacionais ou as narrativas históricas sobre as origens de supostas tradições culturais, geralmente pertencentes a um povo considerado primordial, que são repetidas através de símbolos e rituais provocando o efeito de continuidade com um dado passado idealizado, constituem um tipo de discurso que, segundo Hall (2006, p. 52-56), “constrói identidades que são colocadas, de modo ambíguo, entre o passado e o futuro, [...] entre a tentação por retornar a glórias passadas e o impulso por avançar ainda mais em direção à modernidade”. Dessa forma, memórias sobre um passado, desejo presente de viver em unidade e transmissão de um patrimônio para o futuro são conceitos que compõem identidades enquanto “resultado da reunião das duas metades da equação nacional – oferecendo tanto a condição de membro do estado-nação político quanto uma identificação com a cultura nacional” (HALL, 2006, p. 58). Segundo Bauman (2005, p. 27), “Estado e nação precisavam um do outro”, o primeiro buscando “a obediência de seus indivíduos representando-se como a concretização do futuro da nação e a garantia de sua continuidade”, que de fato, sem uma soberania política, “estaria destinada a ser insegura sobre o seu passado, incerta sobre o seu presente e duvidosa de seu futuro”.

Assim, as diferenças e divisões internas entre seus membros tendem a ser

suprimidas em nome de uma identidade cultural homogênea, não apenas por ideais de lealdade, união e identificação, mas através do exercício de diferentes formas de poder cultural e atos de violência. Portanto, de acordo com Hall (2006, p. 59-62), “em vez de pensar as culturas nacionais como unificadas, deveríamos pensá-las como constituindo um dispositivo discursivo que representa a diferença como unidade ou identidade”. Citando o filósofo Ernest Renan, Bauman (2005, p. 27-28) classifica o que chama de “noção agonística” da nação como um “plebiscito diário”, dado que “uma comunidade nacional coesa sobrepondo-se ao agregado de indivíduos do Estado estava destinada a permanecer não só perpetuamente incompleta, mas eternamente precária”. Assim mesmo, “a identidade nacional só permitiria ou toleraria essas outras identidades se elas não fossem suspeitas de colidir (fosse em princípio ou ocasionalmente) com a irrestrita prioridade da lealdade nacional”.

Se a atual fragmentação das identidades tem como pano de fundo, por assim dizer, uma dissolução ou contestação às identidades nacionais que haviam se sobreposto até então, estas, por sua vez, só puderam ser estabelecidas através de mitos fundacionais modernos que – em oposição à diversidade e ao hibridismo cultural envolvido por cada Estado postulante à nação – representam-na “como a expressão da cultura subjacente de ‘um único povo’” (HALL, 2006, p. 62). O conceito singular que pretende englobar este coletivo de características culturais, reivindicadas como políticas de identidade, costuma ser a etnia. Sobre este aspecto, Bauman (2005, p. 66) utiliza a classificação das nacionalidades contemporâneas elaborada pela socióloga Geneviève Zubrzycki, que opõe um modelo “cívico”, cuja identidade nacional seria puramente a escolha política de pertencer a uma “comunidade baseada na associação de indivíduos de opinião semelhante”, e um modelo “étnico”, cuja identidade seria “dada ao nascer” e, portanto, “se impõe sobre o indivíduo”. De acordo com Hall (2006, p. 63-64), existe ainda uma relação entre a recente substituição das diferenciações pretensamente biológicas de grupos sociais estabelecidas pela categoria raça, por classificações culturais baseadas no conceito de etnicidade, mas que “retornam”, segundo o historiador Paul Gilroy, na forma de um “um racismo que evita ser reconhecido como tal, porque é capaz de alinhar ‘raça’ com nacionalidade, patriotismo e nacionalismo”. Estratificação de identificações que atuam em simultâneo, mas que são capazes de conservar temporalidades específicas.

Em não admitindo os próprios novos processos de identificação dos “sujeitos pós-modernos” enquanto fenômenos suficientes para documentar as condições históricas da modernidade tardia, ou parecendo insistir em dar preferência às “causas lá fora”, Hall (2006, p. 67) questiona mais uma vez “o que, então, está tão poderosamente deslocando as identidades culturais nacionais, agora, no fim do século XX?” E novamente responde: “um complexo de processos e forças de mudança, que, por conveniência, pode ser sintetizado sob o termo ‘globalização’”. Adiante, para melhor explicar de que maneira globalização e identidade se relacionam, Hall estabelece diálogos com o cientista político Anthony

McGrew, com o geógrafo David Harvey e com o sociólogo Anthony Giddens, apontando então uma “compressão do tempo e do espaço” na modernidade, que vem sendo especialmente intensificada pela aceleração dos processos globais desde os anos 1970. Eis o raciocínio de Hall (2006, p. 70-72): se as identidades são constituídas no interior de representações e, se “o tempo e o espaço são também as coordenadas básicas de todos os sistemas de representação”, então “a moldagem e a remoldagem de relações espaço-tempo no interior de diferentes sistemas de representação têm efeitos profundos sobre a forma como as identidades são localizadas e representadas”. A este respeito, Bauman (2005, p. 34-35) acrescenta que “globalização significa que o Estado não tem mais o poder ou o desejo de manter uma união sólida e inabalável com a nação”, e assim “o anseio por identidade vem do desejo de segurança”, já que “flutuar sem apoio num espaço pouco definido, num lugar teimosamente, perturbadoramente, ‘nem-um-nem-outro’, torna-se a longo prazo uma condição enervante e produtora de ansiedade”.

Dentre os possíveis efeitos desta intensificação do processo de globalização, destaca-se de forma imediata a desintegração da identidade nacional pelo vetor de homogeneização cultural. Entretanto, seu caráter dialético formaria também aquilo que Hall (2006, p. 76-78) aponta como “três qualificações ou contratendências principais”. A primeira é o reforço de identidades particularistas como forma de resistência ao “global” através do “local”, ou orientadas para um crescente interesse comercial pelo diferente, pelo exótico, pelo étnico. Surgem então novas identidades híbridas estabelecidas justamente da tensão entre identificações locais e globais que, de certo modo, sempre fizeram parte da modernidade, representadas respectivamente pela centralização do Estado ou pela expansão do mercado mundial, por exemplo. Mas as interconexões não estão distribuídas de modo uniforme em todas as regiões do globo, tampouco integralmente disponíveis para todos os grupos de uma mesma sociedade, constituindo este fato uma segunda objeção à tendência da homogeneização. Mais especificamente, em terceiro lugar, levanta-se o questionamento se a globalização não seria um fenômeno essencialmente ocidental.

As próprias opções disponíveis nos processos de identificação são acusadas por Bauman (2005, p. 44-45) como fatores de estratificação e diferenciação social, já que a escolha “no leque de ofertas extraordinariamente amplo, de abrangência planetária”, não está ao alcance daqueles “oprimidos por identidades aplicadas e impostas, [...] que estereotipam, humilham, desumanizam, estigmatizam”. Como consequência, temos a formação de “subclasses” compostas por analfabetos, mães solteiras, viciados, moradores em situação de rua e outras categorias de pessoas excluídas, às quais é negado não apenas o reconhecimento, mas inclusive o direito de reivindicação por identidade ou individualidade. As atuais crises de refugiados, por exemplo, deixam evidente que “uma dimensão mais espetacular, e talvez ainda mais influente, da expansão do Ocidente em escala mundial foi a lenta, mas implacável, globalização da produção de lixo humano”, indicando ainda que, em seu estágio atual, “a disfunção mais gritante e potencialmente

explosiva da economia capitalista está mudando da exploração para a exclusão” (BAUMAN, 2005, p. 46-47).

A extensão das redes de migrações de pessoas que se deslocam das periferias para os países centrais em busca de melhores condições de vida – sem o planejamento ou incentivo dos Estados de destino –, também são abordadas por Hall (2006, p. 81-83), mas como responsáveis pela formação de enclaves étnicos minoritários que “pluralizam” a cultura e as identidades nacionais. Assim, proliferam-se novas posições-de-identidade ao mesmo tempo em que as polarizações e radicalizações entre elas são intensificadas, seja através do citado “racismo cultural” de grupos dominantes que se sentem ameaçados, seja através do tradicionalismo e da ortodoxia daqueles que são por eles excluídos. A identidade negra emergida a partir dos anos 1970 é tida por Hall (2006, p. 86-87) como uma das possíveis consequências da globalização. Por não estar articulada entorno de uma cultura, raça ou etnia comum, mas sim pela diferença marcada daquilo que não é – a cultura branca dominante – tal identificação seria “um exemplo não apenas do caráter político das novas identidades, isto é, de seu caráter posicional e conjuntural [...] mas também do modo como a identidade e a diferença estão inextricavelmente articuladas ou entrelaçadas em identidades diferentes”.

No processo de deslocamento das identidades aparentemente “centradas”, “fechadas”, “fixas”, “unificadas” ou “trans-históricas” da cultura nacional para as novas posições muitas vezes deliberadamente “políticas”, “plurais” e “diversificadas”, Hall contrapõe, a partir das ideias desenvolvidas por Homi Bhabha e pelo sociólogo Kevin Robins, dois tipos de estabelecimento de identidades: a “Tradição” e a “Tradução”. A primeira está preocupada com a conservação ou retorno a um lugar do passado que se encontra ameaçado ou perdido, manifestando-se em fenômenos contemporâneos como a retomada do nacionalismo e dos fundamentalismos religiosos. Nesse ponto Hall cita Bauman (2006, p. 95-96) para se referir àquilo que o sociólogo classifica como um “ressurgimento da etnia” sob o impacto do “pós-moderno global”, que indicaria uma crescente separação entre nacionalidade – enquanto pertencimento político a um Estado – e identidade cultural – enquanto pertencimento étnico, ou seja, um enfraquecimento do programa de assimilação cultural por “uma poderosa demanda por uma distintividade étnica pronunciada (embora simbólica) e não por uma distintividade étnica institucionalizada”.

Estabelecida pelo contingenciamento da história, da política, das representações e da diferença, a Tradução, por sua vez, é recomendada como uma alternativa ao “falso dilema” da homogeneização e do absolutismo étnico, constituindo identificações “que atravessam e intersectam as fronteiras naturais”, “sem a ilusão de um retorno ao passado”, mas baseadas em “culturas híbridas” que resultam das “novas diásporas criadas pelas migrações pós-coloniais” (HALL, 2006, p. 87-89). Segundo Bauman (2005, p. 17-20), a “tarefa

intimidadora de ‘alcançar o impossível’” da identidade sob as condições instáveis de “nossa época líquido-moderna” abre duas possibilidades: “buscar a redenção, ou pelo menos o descanso, num sonho de pertencimento”; ou “fazer desse fato de não ter escolha uma vocação, uma missão, um destino conscientemente escolhido”. E conclui citando a recomendação de Stuart Hall para que se tente, ao máximo, saber viver com a diferença e evitar o absolutismo étnico ou qualquer versão fechada de cultura (BAUMAN, 2005, p. 105).

## 5. Considerações finais

Tanto Hall quanto Bauman apontam certas contradições entre as “metanarrativas da modernidade” e as consequências do processo de globalização. Tanto o liberalismo quanto o marxismo, em suas diferentes formas, davam a entender que o apego ao local e ao particular dariam gradualmente vez a valores e identidades mais universalistas e cosmopolitas ou internacionais; que o nacionalismo e a etnia eram formas arcaicas de apego – a espécie de coisa que seria “dissolvida” pela força revolucionadora da modernidade. De acordo com essas metanarrativas, os apegos irracionais ao local e ao particular seriam progressivamente substituídos por identidades mais racionais e universalistas. Entretanto, a globalização não parece estar produzindo nem o triunfo do “global” nem a persistência, em sua velha forma nacionalista, do “local”. Seus deslocamentos e desvios mostram-se mais variados e contraditórios do que sugerem tanto os defensores quanto os críticos, o que também indica que, embora alimentada em larga medida pelo Ocidente, a globalização pode ser parte de um lento e desigual descentramento do próprio Ocidente (HALL, 2006, p. 97).

Nesse mesmo horizonte, Bauman (2005, p. 85) observa que liberalismo e comunitarismo representam tentativas opostas de transformar a faca da identidade em um sabre de uma só ponta, explorando apenas um dos polos indispensáveis da vida social: a liberdade de escolha ou a segurança do pertencimento. As disputas identitárias, portanto, não apenas incluem, mas também dividem, segregam e excluem, mostrando que as intenções includentes estão sempre entrelaçadas a práticas de diferenciação.

Em suma, longe de representar apenas uma “crise” ou um colapso, os atuais processos de identificação devem ser compreendidos como parte constitutiva da própria modernidade, em sua dimensão reflexiva e intersubjetiva. A análise fenomenológica da identidade, nesse contexto, permite suspender os diagnósticos lineares de ruptura e captar, nas experiências de tempo e de pertencimento, as tensões que configuram os sujeitos contemporâneos entre globalização, diferença e a busca incessante por segurança e liberdade.

Referências bibliográficas

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista com Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BAUMAN, Zygmunt. **Identity**: coversations with Benedetto Vecchi. Cambridge: Polity Press, 2004.

CASTRO, Fábio Fonseca de. A sociologia fenomenológica de Alfred Schutz. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 48, n. 1, p. 52-60, jan./abr. 2012.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11ª. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, Stuart; HELD, David; MCGREW, Anthony. **Modernity and its futures**. Cambridge: Polity Press in association with the Open University, 1992.

SILVA, Tomaz Tadeu (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2014.